

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TALITA DE CARVALHO

**UNIÃO MONETÁRIA LATINA NO SÉCULO XIX: UM PRECEDENTE DO
EURO?**

CURITIBA

2014

TALITA DE CARVALHO

**UNIÃO MONETÁRIA LATINA NO SÉCULO XIX: UM PRECEDENTE DO
EURO?**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Fim de Curso, do Curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches
Silva Dalto

CURITIBA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

TALITA DE CARVALHO

UNIÃO MONETÁRIA LATINA NO SÉCULO XIX: UM PRECEDENTE DO EURO?

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Dr.^a Iara Vigo de Lima
Departamento de Economia, UFPR.

Prof. Dr. Demian Castro
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 13 de junho de 2014.

Aos meus pais, que me possibilitaram
chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre acreditaram em mim e que sempre me incentivaram a estudar.

A esta Universidade, que além de estudo me proporcionou aprendizados que levarei para a vida inteira.

Ao projeto de extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, representado por Denys Dozsa, Luiz Panhoca e Dante Luiz Zech, pela oportunidade de aprendizado e experiências como em outro lugar não tive.

À minha amiga Stéfanie pelo companheirismo e apoio na realização desse trabalho.

À Débora, Ana Paula e Carin pela amizade durante toda a graduação.

À minha grande amiga Paula, pelo seu apoio e sinceridade.

Ao meu amigo Henrique pelo carinho e apoio sempre a mim dispensados.

Ao Thiago e Carolina, grandes amizades que tive a oportunidade de fazer durante este curso.

Às minhas amigas de anos que tenho tanta alegria em preservar e que foram peças fundamentais nos momentos difíceis que passei durante a faculdade: Virgínia, Mariana e Kaiana.

E muito importante, ao meu orientador Fabiano Dalto e todos os outros bons professores que tive na vida, que não apenas me ensinaram, mas me inspiraram a seguir seus passos.

O bom senso é a coisa mais bem dividida do mundo pois, cada qual julga estar tão bem dotado dele que, mesmo os mais difíceis de contentar-se em outras coisas, não costumam desejá-lo mais do que possuem. E, a esse respeito, não é verossímil que todos se enganem; isso prova, ao contrário, que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, isto é, o que se chama o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens. A diversidade das nossas opiniões não provém do fato de uns serem mais razoáveis do que os outros, mas apenas do fato de conduzirmos o nosso pensamento por diferentes caminhos e não considerarmos as mesmas coisas. Não basta ter a mente sã: o essencial é aplicá-la bem. As almas mais puras são passíveis, tanto dos mais sérios vícios como das maiores virtudes. Os que andam devagar podem alcançar muito mais do que os que correm; se seguirem sempre o caminho direito, enquanto aqueles se distanciam desse caminho.

Descartes

RESUMO

A formação das uniões monetárias é usualmente explicada pela teoria das Áreas Monetárias Ótimas, segundo a qual a moeda surge de um processo do setor privado de minimização dos custos de transação do comércio, restando ao Estado um papel periférico na determinação da unidade de conta. Em oposição a este ponto de vista o presente trabalho discute a supremacia teórica da visão chartalista, ou teoria da moeda estatal, que defende a centralidade do Estado no estabelecimento de uma moeda. Para dar suporte a essa argumentação utilizar-se-á a história da União Monetária Latina, uma união monetária formada no final do Século XIX pela França, Bélgica, Itália e Suíça. Serão apresentadas as condições dos sistemas monetários de cada país previamente à formação da liga, as dificuldades enfrentadas após a formalização da união e as possíveis razões para o seu fracasso. A conjuntura política do continente naquele período é abordada em seções próprias e é fundamental para a compreensão do caso à luz da teoria chartalista.

Palavras Chave: União Monetária. Teoria Chartalista. Teoria das Áreas Monetárias Ótimas.

ABSTRACT

Monetary unions are usually explained by the Optimal Currency Areas theory, whereby money emerges from the private sector cost minimization process, remaining to the State a peripheral role in the money account establishment. In opposition to this viewpoint this project agree the theoretical supremacy of the chartalist view which advocates the State's centrality in the establishing process of a currency. To hold this argumentation the history of the Latin Monetary Union, established in 1865 by France, Belgium, Switzerland and Italy, is used. The monetary condition before the formalization of the treaty of each country is explained, as well as the difficulties after formalization and the likely reasons for its failure. The political conjuncture of the continent at that time is brought forward in particular sections and is mandatory to understand the case from the perspective of chartalist theory.

Keywords: Monetary Union. Chartalist Theory. Optimal Currency Areas Theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A TEORIA METALISTA E CARTALISTA NA EXPLICAÇÃO DA CRIAÇÃO DAS MOEDAS E DAS ÁREAS MONETÁRIAS COMUNS.....	10
2.1 A TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS.....	10
2.2 A TEORIA ESTATAL DA MOEDA E A UNIÃO MONETÁRIA	14
3 BREVE HISTÓRICO DA UNIÃO LATINA	19
3.1 FATORES QUE LEVARAM A FORMAÇÃO DA UNIÃO LATINA.....	19
3.2 A UNIÃO LATINA 1865-1901	22
3.3 A GUERRA FRANCO-PRUSSIANA.....	26
3.4 O PERÍODO DE RESTRIÇÃO	27
4 O FIM DA UNIÃO LATINA	34
5 A CONSTRUÇÃO DA UNIÃO LATINA NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE AS POTÊNCIAS EUROPÉIAS: FRANÇA, INGLATERRA E ALEMANHA (PRUSSIA)	35
6 O FRACASSO DA FRANÇA NA TENTATIVA DE MANTER SEU PODER HEGÊMÔNICO	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIA	42

1 INTRODUÇÃO

O ideal de união monetária na Europa não é recente, outras experiências verificam-se na história do continente. Esses episódios estão relacionados à conjuntura da região ao longo dos séculos e carregam um profundo significado para aqueles países. Durante o século XIX a Europa testemunhou uma proliferação de uniões monetárias entre os países. Havia, inclusive a proposta de uma união monetária mundial. Este era um período de intensificação da integração econômica, com a expansão das estradas, dos telégrafos e do navio a vapor, e também de entusiasmo com o comércio internacional e o liberalismo. As tentativas primitivas parecem ter falhado sucessivamente e ao que tudo indica a experiência atual está seguindo o mesmo percurso. O objetivo desse trabalho é entender quais as razões por trás dessas iniciativas e os infortúnios que ocasionaram seu insucesso. Uma união monetária em específico será examinada no presente estudo, a União Monetária Latina, constituída no final do século XIX pela França, Bélgica e Suíça – com o posterior ingresso da Itália e Grécia.

Após esta introdução, será feita uma abordagem teórica das teorias metalista e chartalista na criação do dinheiro e da formação de áreas monetárias comuns. Na próxima seção será descrito um breve histórico da União Monetária Latina, desde os antecedentes de sua formação passando por importantes acontecimentos que contribuíram para a formação da liga como a guerra franco-prussiana até as dificuldades enfrentadas que levariam ao seu fim. O capítulo 4 traz uma concisa explanação sobre o fim jurídico da União. Os dois últimos capítulos fazem uma interpretação sob uma ótica geopolítica para a união desses países em uma moeda comum e apresenta algumas possíveis razões para o seu fim.

A formação das uniões monetárias tem sido amplamente explicada pela teoria das Áreas Monetárias Ótimas, segundo a qual a área de circulação de uma moeda coincide com a área onde os custos de transação são mínimos. Não é, todavia, o que a história tem mostrado. Uma segunda abordagem sugere que a formação das uniões monetárias está muito mais ligada a fatores de economia política do que a razões puramente monetárias. A história da

União Monetária Latina contribuirá para a compreensão dessa segunda linha de pensamento ao longo do trabalho.

2 A TEORIA METALISTA E CARTALISTA NA EXPLICAÇÃO DA CRIAÇÃO DAS MOEDAS E DAS ÁREAS MONETÁRIAS COMUNS

Nesta seção são discutidos brevemente modelos interpretativos concorrentes a respeito da emergência da moeda e de áreas monetárias comuns. Analisar-se-á a visão mais convencional para a constituição das áreas monetárias comuns, baseada na teoria de que a moeda é uma mercadoria que emerge de trocas voluntárias para minimizar custos de transação dos mais variados tipos. Em âmbito geográfico, ela dá base para a teoria da área monetária ótima. Em contraposição, a teoria chartalista ou estatal da moeda, parte da concepção de que a moeda é uma unidade de conta estabelecida por cada Estado-nação ou soberano. As uniões monetárias, portanto, são elas mesmas um exercício de soberania e dominação.

A discussão sobre estes modelos interpretativos nos dará ferramentas conceituais para analisar a União Monetária Latina na seção subsequente.

2.1 A TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS

A criação de uniões monetárias é comumente explicada pela teoria das áreas monetárias ótimas (Mundell, 1961). Segundo essa perspectiva o dinheiro se desenvolve por um processo de seleção de um equivalente geral de trocas pelo setor privado na tentativa de minimizar os custos de transação no comércio. Charles Goodhart (1998) associa essa teoria com a visão de que o dinheiro surge e evolui a partir de uma moeda-mercadoria (no caso metálica), pela qual o surgimento da moeda é resultante de um processo espontâneo de redução de custos de transação em mercados atomizados. Segundo Goodhart, portanto, a teoria de uma Área Monetária Ótima (AMO) é a contraparte geográfica da visão convencional da emergência do dinheiro à *la* Carl Menger. Conforme afirma:

The optimal currency area theory (OCA) connected with the names of Mundell, McKinnon and Kenen is a natural extension of the metallists team theory into the spacial, geographic domain. If the origin of money is to be seen in terms of private sector market evolution, whose functions is to minimise transaction costs, then the evolution of a number of a separate currencies in differing geographical areas should, analogously, be analysed in terms of private sector market evolution, whose function would have been to minimize some set of (micro-level) transaction and (macro-level) adjustment costs¹ (Goodhart, 1998, p. 409).

Segundo a teoria das Áreas Monetárias Ótimas (AMO), o domínio geográfico de uma moeda é a evolução de um processo similar de minimização dos custos àquele que levou à utilização do dinheiro sem intervenção governamental decisiva. Esses custos dependem das imperfeições de mercado, sejam eles referentes às imperfeições na flexibilidade dos mercados de trabalho e na mobilidade do capital, isto é, na mobilidade dos fatores entre os países. As próprias moedas nacionais representariam imperfeições de mercado, na medida em que as taxas de câmbio entre moedas de diferentes nacionalidades implicariam custos de transações para ajustamento dos distúrbios comerciais entre países. Conclui-se, portanto, que segundo essa teoria, o papel do Estado Nacional deve ser limitado, na melhor das hipóteses, ao de um garantidor contra fraudes e roubos. Desse modo não haveria razão para que os limites da moeda coincidam com os limites do país. Um acordo internacional, por exemplo, poderia estabelecer um guardião internacional da boa conduta monetária em áreas geográficas maiores do que as restritas por um país. Como diz Goodhart, *“Under the [...] OCA theory, there should be a divorce between currency areas and the boundaries of sovereign states² (1998, p. 420)* A teoria, portanto, explicaria que a união de países com moedas nacionais sob uma única moeda regional resultaria de um processo de

¹ A teoria da área monetária ótima (OCA) relacionada aos nomes Mundell, McKinnon e Kenen é uma extensão natural da teoria metalista no domínio geográfico e espacial. Se a origem do dinheiro é para ser vista em termos de evolução do mercado no setor privado, cujas funções são minimizar os custos de transação, então a evolução do número de moedas separadas em diferentes áreas geográficas devem, analogamente, ser analisadas em termos da evolução do mercado no setor privado, cuja função teria sido minimizar uma rede de (a nível micro) custos de transações e (a nível macro) de ajustamento.

² Sob a teoria das áreas monetárias ótimas deve existir o divórcio entre áreas de circulação da moeda e os limites dos estados soberanos.

minimização dos custos de transação, com elevação da eficiência econômica que permitiria, por seu turno, a ampliação das transações em escala mundial. Mundell, de fato, argumenta que:

*Money is a convenience and this restricts the optimum number of currencies. In terms of this argument alone the optimum currency area is the world, regardless of the number of regions of which it is composed*³ (1961, p. 662).

Goodhart, e vários outros autores,⁴ contestam o poder explicativo desta teoria, quer para a emergência do dinheiro dentro de países, quer para a emergência das áreas monetárias comuns entre países. Segundo Goodhart, fosse a eficiência alocativa a principal razão para a existência de moedas, os vários países possuidores de moedas nacionais seriam áreas monetárias ótimas, ou já teriam suprimido suas moedas nacionais em benefício de uma moeda supranacional. Poucos proponentes destas teorias concordariam que países conformam áreas monetárias ótimas e que o mundo seja dominado exclusivamente por uma área monetária comum. Goodhart corretamente conclui que a “OCA theory has little, or no predictive or explanatory capacity”⁵. E Paul De Grauwe sentencia que: “*Not a single monetary union in the past came about because of a recognition of economic benefits of the union. In all cases the integration was driven by political objectives*”⁶ (1993, p. 656). Em oposição ao que argumentam os metalistas, como também os advogados da Teoria das Áreas Monetárias Ótimas, os chartalistas defendem uma posição central do papel do Estado na evolução e uso do dinheiro e também na perseguição de áreas de unidade monetária. Segundo Goodhart “*spatial determinations of separate currencies has almost nothing to do with such*

³ O dinheiro é uma conveniência e isso restringe o número ótimo de moedas. Em termos desse argumento apenas, a área monetária ótima é o mundo, independentemente do número de regiões de que é composto.

⁴ Eric Helleiner argumenta que: “[...]the construction of territorial currencies was an intensely political process involving domestic and international struggles over issues such as the nature of state building, the construction of national identities, the proper scale of markets, and the implementation of competing macroeconomic ideology” (2003, p. 2). Benjamin Cohen diz que “For all the diverse experiences noted in this chapter, it is impossible to find an example of a monetary alliance motivated exclusively, or even predominantly, by the concerns highlighted in OCA theory” (1998, p. 84).

⁵ A teoria das AMO tem pouca, ou nenhuma capacidade preditiva ou explanatória.

⁶ Nem uma única união monetária no passado surgiu devido ao reconhecimento de benefícios econômicos da união. Em todos os casos a integração foi conduzida por objetivos políticos.

*economic cost minimization and almost everything to do with considerations of political sovereignty*⁷” (1998, p. 409).

Esta limitação da teoria das áreas monetárias ótimas em reconhecer o papel central do Estado nas questões de ordem monetária é curiosa na medida em que, mesmo Menger reconheceu que um metal só poderia exercer as funções de moeda se superasse os custos envolvidos com:

[...] as dificuldades em se constatar a autenticidade dos metais e seu grau de pureza, além da necessidade de se transformar esses materiais de alta tenacidade em peças convenientes para todas as transações correntes (1988, pp. 388-389).

Menger argumenta então que a “importância da moeda (cunhada) para a economia reside no fato de que ela [...] nos dispensa de verificar a autenticidade, o grau de pureza e o peso do metal nobre” (1988, p. 390). Finalmente, Menger é forçado a reconhecer que a moeda cunhada não poderia exercer tão extraordinário papel se não fosse a existência de um Estado que garantisse o valor do dinheiro. Como diz Menger:

Não há como negar que a melhor garantia em relação ao peso e à composição das moedas é aquela que o Estado pode oferecer, porque essa autoridade é de todos conhecida e por todos reconhecida, e, ao mesmo tempo, o Estado tem condições de coibir e punir crimes no tocante a essa matéria (1988, p. 390)

Seja como for, o importante a reconhecer é que mesmo na visão Mengeriana, caso as garantias, que só o Estado poderia dar ao valor do metal-dinheiro, não ocorressem, a redução de custos de transação associados ao uso do dinheiro nas trocas seria inviabilizada.

⁷ Determinações espaciais de moedas separadas tem quase nada a ver com tais minimizações do custo econômico e quase tudo a ver com considerações de soberania política.

2.2 A TEORIA ESTATAL DA MOEDA E A UNIÃO MONETÁRIA

Para entender o estabelecimento de uma moeda e a constituição de uma união monetária, Goodhart preconiza a análise chartalista (o que ele chama de “C-form theory”) ao invés da análise metalista (o que chama de “M-form theory”). De acordo com Goodhart (1998, p. 424) “*Compared with the success of the C-form theory, the explanatory or predictive capacity of the M-form theory is nugatory*”⁸. A questão central que distingue as teorias concorrentes é como abordam o papel do Estado na constituição da moeda e de fatores eminentemente políticos na construção de uma união monetária. Enquanto a teoria das AMO baseia sua análise em forças imparciais (apolíticas) de mercado que buscam maximizar retornos e, portanto, pouca atenção dispensa para questões políticas sobre soberania, o fator chave para a teoria chartalista da moeda “*is the centrality of the link between political sovereignty and fiscal authority on the one hand and money creation, the mint and the central bank, on the other.*”⁹ (Goodhart, 1998, p. 409)

Na abordagem chartalista ou da moeda Estatal, o dinheiro é antes de tudo relacionado às dívidas (Wray, 2003). Mais precisamente, a moeda é, conforme Keynes “*A money of account comes into existence along with debts, which are contracts for deferred payment, and price lists, which are offers of contracts for sale or purchase*”¹⁰ (1930, p. 3) Então a moeda de conta surge sempre que contratos de dívida são estabelecidos ou listas de preços são enunciadas.

Keynes, então, distingue a moeda de conta do instrumento que servirá para liquidar dívidas e realizar pagamentos de todas as formas e tipos ou servir de reserva de valor.

Money itself, namely that by delivery of which debt contracts and prices contracts are *discharged*, and in the shape of which a store of general purchasing power is *held*, derives its character from its relationship to the money of account, since debts and prices must first

⁸ Comparado com o sucesso da *C-form theory* a capacidade explanatória ou preditiva da *M-form theory* é ineficaz.

⁹ É a centralidade da relação entre soberania política e autoridade fiscal por uma lado, e da criação do dinheiro, da cunhagem e do banco central por outro.

¹⁰ Uma moeda de conta surge juntamente com os débitos, que são contratos para pagamentos deferidos, e listas de preços, que são ofertas de contratos de compra ou venda.

have been expressed in terms of the latter¹¹ (1930, p. 3) Ou, mais sucintamente, Keynes afirma que “money of account is the *description* of *title* and the money is the *thing* which answers to the description¹² (1930, p. 3).

Pelo exposto acima, qualquer medida poderia ser tomada como a unidade de conta e, então, o instrumento seria derivado da unidade de conta para satisfazer à medida. O que importa saber, no que se refere ao agente que seleciona tal medida, é que o Estado evoca o direito de declarar o que deve responder como instrumento para satisfazer a moeda de conta nos contratos e nas listas de preços. De fato, diz Keynes,

[...]it is a peculiar characteristic of money contracts that it is the State or community not only which enforces delivery, but also which decides what it is that must be delivered as a lawful or customary discharge of a contract which has been concluded in terms of the money of account. The State, therefore, comes in first of all as the authority of law which enforces the payment of the thing which corresponds to the name or description in the contract. But it comes in double when, in addition, it claims the right to determine and declare what thing corresponds to the name, and to vary its declaration from time to time – when, that is to say, it claims the right to re-edit the dictionary. This right is claimed by all modern States and has been só claimed for some four thousand years at least ¹³(1930, p. 4).

Do exposto acima, não há qualquer implicação para alguma ideia exogenista de que o Estado é o único emissor de dinheiro. O Estado pode

¹¹ O dinheiro (o instrumento monetário), isto é aquilo que deve ser entregue para *resgatar* contratos de dívidas e contratos de preços, e na forma do que o poder de compra geral é *mantido*, deriva seu caráter de sua relação com a moeda de conta, uma vez que as dívidas e os preços devem primeiro ser expressos nos termos da última.

¹² O dinheiro de conta é a descrição, o título, e o dinheiro é a coisa que responde a essa descrição.

¹³ [...] é uma característica peculiar dos contratos de dinheiro que é o Estado ou a comunidade, que não apenas faz cumprir o resgate, mas também que decide o que deve ser entregue como legal e habitual de um contrato que tem sido firmado em termos de moeda de conta. O Estado, portanto, vem à frente de tudo como autoridade de lei que faz cumprir o pagamento da coisa que corresponde ao nome ou descrição no contrato. Mas isso vem em dobro, quando, em adição, reclama o direito de determinar e declarar o que corresponde ao nome e de alterar sua declaração de tempos em tempos - quando, isto é, (o Estado) reclama o direito de reeditar o dicionário. Esse direito é reclamada por todos os Estados modernos e tem sido reclamado por alguns quatro mil anos, pelo menos.

aceitar moeda (instrumento) emitida privadamente para liquidação das dívidas. Se o Estado usa “[...] *its chartalist prerogative to declare that the (bank) debt itself is an acceptable discharge of a liability [...] a particular kind of bank money is then transformed into money proper*¹⁴” (1930, pp. 5-6). A prerrogativa estatal primordial é de ser o declarante da moeda unidade de conta e do(s) instrumento(s) que responderão a ela.

Por último, a moeda estatal pode tomar três formas: moeda-mercadoria, moeda fiduciária e moeda administrada. Keynes define moeda-mercadoria como “*composed of actual units of a particular freely obtainable, non-monopolised commodity which happen to be chosen for the familiar purposes of money*¹⁵” (1930, pp. 6-7). A moeda fiduciária que é “*representative (or token) money...which is created and issued by the State, but is not convertible by law into anything other than itself, and has no fixed value in terms of an objective standard*¹⁶” (1930, p. 7). E, finalmente, de acordo com Keynes, a moeda administrada é a forma mais generalizada de moeda, a qual é definida como “*similar to fiat money, except that the State undertakes to manage the conditions of its issue in such a way that, by convertibility or otherwise, it shall have a determinate value in terms of an objective standard*¹⁷” (1930, pp. 6-7). Para exemplificar, uma moeda de ouro avaliada em uma unidade monetária seria a forma moeda-mercadoria; enquanto uma nota de papel moeda conversível ou resgatável em alguma quantidade de ouro seria uma moeda administrada¹⁸. Isto implica que, o sistema de padrão-ouro pode ocorrer na forma de moeda-mercadoria ou na forma de moeda administrada. Em todos os casos, o Estado continua sendo o agente determinante da forma tomada pela moeda em seu território e usada por sua população.

¹⁴ [...] sua prerrogativa chartalista de declarar que o próprio débito bancário como uma descarga aceitável de um passivo [...] um tipo particular de dinheiro bancário é então transformado em dinheiro adequado.

¹⁵ Composta de unidades reais de uma mercadoria particular obtida livremente e não monopolizada que será escolhida pelos propósitos familiares ao dinheiro.

¹⁶ [...] dinheiro (ou símbolo) representativo [...] que é criado e emitido pelo Estado, mas não é conversível pela lei a nada além dele mesmo, e não possui valor fixado em nenhum padrão objetivo.

¹⁷ [...]similar à moeda fiduciária, exceto que o Estado compromete-se a gerenciar as condições de sua emissão de maneira tal que, pela convertibilidade ou não, ele deve ter um valor determinado em termos de um padrão objetivo.

¹⁸ Também é uma moeda administrada um sistema de tipo *currency board*.

Esta capacidade do Estado de determinar a moeda de conta e o instrumento que corresponde à denominação está relacionada à imposição de tributos. Ao estabelecer um tributo (taxas, contribuições ou quaisquer outros tipos de obrigações) em determinada unidade de conta o Estado determina o instrumento que poderá liberar o súdito ou o cidadão da obrigação tributária. Como afirma Wray (2003):

Em todas as economias modernas o governo define o que é dinheiro ao escolher o que aceitará como pagamento dos tributos. Ao exigir dos cidadãos que os paguem em dinheiro, os cidadãos precisarão obtê-lo para pagar os tributos. (p. 15)

A imposição de taxas e impostos obriga, portanto, que os devedores provenham bens e serviços para o Estado de forma que possam obter os meios de liquidar as obrigações. Alternativamente, a provisão desses bens e serviços também foi historicamente encaminhada por violência física como a escravidão e outros tipos de trabalho forçado. Como afirma Goodhart:

*[...] the imposition of taxes, payable only in money (and not in goods and in kind), has been used on numerous occasions in colonial history for primary purpose of forcing taxpayers out of a (non-monetary) subsistence economy producing goods for sale in the world economy.*¹⁹ (1998, p. 416).

De fato, Randall Wray (2002) define como soberania do Estado justamente a sua capacidade de impor um passivo tributário e de determinar a forma como esses passivos serão pagos. A fonte que dá poder ao Estado exercer esta soberania, se militar, econômica, tecnológica, diplomática ou outra qualquer não será fruto de análise aqui. Basta dizer, que possivelmente todos esses fatores podem jogar um papel maior ou menor na determinação da soberania do Estado. O que importa considerar é que, a versão chartalista ou da moeda Estatal, conforme Goodhart, dependente do estabelecimento e manutenção da soberania do Estado. Assim, a constituição de uma união

¹⁹ A imposição de taxas, pagáveis somente em dinheiro (e não em bens e espécie) foi usada em numerosas ocasiões na história colonial com o propósito principal de forçar os pagadores de tributos fora de uma economia (não monetária) de subsistência a produzir bens para a venda na economia mundial.

monetária comum ou é a expansão de um soberano (Estado) sobre outras áreas ou é a delimitação de uma nova área, a partir da união de várias áreas, sob novo soberano (Estado) também resultante da unificação política daquelas áreas agora unidas.

A teoria das áreas monetárias ótimas foi aplicada em diversas pesquisas sobre uniões monetárias estabelecidas entre países, deixando de lado os aspectos de economia política. Esses aspectos têm destaque central na construção de áreas de circulação coincidentes e não considerá-los significa negligenciar os fatores cruciais que vão determinar o sucesso ou o fracasso dessas uniões (Goodhart, 1998). A teoria chartalista, por sua vez, não negligencia esses aspectos políticos, uma vez que considera a forte ligação entre o dinheiro e a existência de funções fiscais do governo (Goodhart, 1998).

Segundo a teoria chartalista, a fragmentação da soberania leva à criação de moedas separadas, da mesma forma que a unificação em um estado federado leva à unificação de moedas previamente separadas. A teoria metalista por outro lado, não nos oferece nenhuma explicação em relação ao assunto. Neste caso, o autor utiliza o exemplo da União Soviética, segundo ele, se ela fosse uma área monetária ótima, a circulação comum da moeda teria permanecido após seu colapso. (Goodhart, 1998)

A teoria das Áreas Monetárias Ótimas (AMO), portanto, tem pouca capacidade explanatória, pois não considera a relação entre soberania e áreas monetárias. As vantagens da teoria parecem ser técnicas, pois se presta a formalizações matemáticas e ideológicas baseadas num processo privado de minimização dos custos e não num processo de economia política. Para Goodhart *"It is, however, a pity to suspect that monetary economics may be driven more by technical and ideological purity than by empirical and predictive capacity"*²⁰ (1998, p. 425).

²⁰ É, entretanto, uma pena suspeitar que a economia monetária possa ser conduzida mais por uma pureza técnica e ideológica do que por uma capacidade empírica e preditiva.

3 BREVE HISTÓRICO DA UNIÃO LATINA

Nesse capítulo faz-se uma reconstituição histórica da criação da chamada União Monetária Latina, envolvendo a França, a Itália, a Bélgica, a Suíça e a Grécia. Argumenta-se que a constituição desta união monetária foi um projeto de soberania da França sobre as demais áreas. Parte do fracasso da união monetária pode ser debitada na resistência dos demais países membros em se subordinar às regras monetárias impostas pela França que representavam perda de soberania desses países para o Estado Francês.

3.1 FATORES QUE LEVARAM A FORMAÇÃO DA UNIÃO LATINA

Em 1865, França, Itália, Bélgica e Suíça formaram uma união monetária, a União Latina, baseada no sistema monetário francês. As razões para a formação dessa união vão desde problemas econômicos que esses países enfrentavam até desejos políticos da França, país que liderou o processo. O sistema da União Latina foi baseado na lei francesa de 1803, que estabelecia a prata como o metal principal para as transações, mas permitia que o ouro fosse utilizado quando necessário. Antes mesmo da Convenção de 1865, quando a União Latina foi formada, Bélgica e Suíça já tinham adotado a conversibilidade de suas moedas em franco e liberado a circulação da moeda francesa em seus territórios. Na França, o franco tinha uma pureza determinada de prata e estava lastreado ao ouro a uma taxa de câmbio fixa. Apesar da circulação dessas moedas nos três territórios, existia diferença de pureza entre as moedas de cada país, visto que nenhum acordo entre os países havia sido feito. Essa condição é a origem do primeiro problema, de ordem econômica, que levou à formação da União Latina. (Willis, 1901)

Essas moedas representavam o mesmo valor, mas eram feitas com quantidades de metal diferentes. Na Suíça a pureza da moeda era de 0,800, na França existiam moedas de 0,900 e de 0,835 e na Bélgica elas eram de 0,900. Com regras comuns e conversibilidade entre elas, as moedas circulavam livremente pelo território dos três países. As diferenças de pureza entre as moedas desses países, entretanto, estimulavam a ação dos especuladores,

que percebendo a oportunidade de ganho sobre a diferença, derretiam a moeda nos países onde seu valor era mais baixo e enviavam o metal para a casa da moeda de outros países, onde conseguiriam um retorno maior (Willis, 1901).

Como já apresentado, todos os países haviam estabelecido suas regras em conformidade com a Lei francesa de 1803, que determinava a prata como metal padrão, mas possibilitava também a utilização do ouro. Até 1848 há uso quase exclusivo da prata na França, Bélgica e Suíça. A partir dessa data, com o crescimento da produção de ouro na Rússia e a demanda por prata no oriente, uma mudança começava a ser observada. O ouro russo estava entrando nesses países em grandes quantidades, reduzindo o valor do metal por excesso de oferta. Por outro lado, o comércio no oriente demandava grandes quantidades de prata, com o escoamento deste metal para o oriente e consequente escassez na Europa, o seu valor subiu. Além do menor preço do ouro em relação à prata, as vantagens do novo metal para as transações no comércio começaram a ser percebidas e crescia a preferência popular pelo metal. Como a Lei de 1803 permitia a utilização do ouro, este estava substituindo a prata nos três países (Willis, 1901).

Além dos problemas decorrentes das diferentes especificações de pureza entre os metais, a valorização da prata e o crescimento da utilização do ouro também se tornaram fruto de dificuldades. A Bélgica estava sendo prejudicadas de ambas as formas. Devido a maior pureza de sua moeda em relação à moeda da França e consequente ação dos especuladores, uma escassez de moeda começou a ser sentida. Para fazer frente a essa escassez o governo importava ouro da França para as transações comerciais, entretanto ainda havia receio por parte da população na utilização do novo metal, por exemplo, em como seria sua aceitação para pagamento de dívidas (Willis, 1901).

Em junho de 1861 foi estabelecida uma comissão na França cujos objetivos eram: descobrir as causas da diminuição da circulação das moedas de prata; examinar as consequências dessa situação e a natureza das inconveniências decorrentes dela; e apontar medidas a serem adotadas a fim de que a moeda de prata pudesse satisfazer as necessidades de circulação para pagamentos de salários e para o comércio. A comissão então,

recomendou a manutenção da moeda *five-franc piece* na espessura de 0,900 e a redução da nova moeda subsidiária para 0,835. Um pouco mais de um mês após a divulgação desse relatório, a Itália aderiu às sugestões desse sistema monetário através da Lei de 24 de agosto de 1862. Quando da primeira convenção da União Latina, a Itália já estava com seu sistema monetário de acordo com o da França (Willis, 1901).

Mas os problemas com relação às diferentes denominações permaneceram após a comissão, agora estendidos também à Itália. A diferença de pureza entre a moeda da França e da Suíça tornava lucrativa a substituição da moeda suíça por francesa ou até mesmo por italiana. Na tentativa de resolver esse problema, a França baixou um decreto que tirava as moedas suíças de circulação do país, descreditando essa moeda tanto internamente como nos outros dois países. O resultado foi o impedimento do comércio nas fronteiras e a sujeição dos viajantes a uma situação inconveniente (Willis, 1901).

Com relação ao problema bimetálico, caso a cunhagem de ambos os metais continuasse livremente entre os países, duas situações poderiam acontecer: ou não haveria cunhagem do metal mais caro; ou, caso houvesse uma mudança na taxa de câmbio de modo que o metal mais barato se tornasse o mais caro e o mais barato fosse cunhado em quantidades consideráveis, seria necessário um reembolso das moedas previamente utilizadas (Willis, 1901).

Diante das dificuldades surgidas em relação à utilização desses dois metais, três alternativas poderiam ser tomadas pelas autoridades: a primeira seria não intervir no *status quo* e permitir que a Lei de 1803 continuasse em vigor e seu padrão alternado continuasse existindo; a segunda seria desmonetizar a prata e a terceira, demonetizar o ouro. O principal argumento em defesa da primeira alternativa era o risco de um sistema novo e até então não testado condenar a união, caso um erro fosse cometido na escolha do metal a ser utilizado (Willis, 1901).

Ocorre então, em 1865, a primeira convenção monetária entre esses países. A França, temerosa em tomar uma decisão equivocada e perder a sua influência, deixou clara sua posição em manter o *status quo*, o que desagradava os outros países, que desejavam a implantação do padrão-ouro,

ou seja, a desmonetização da prata. Com relação às denominações, os delegados dos quatro países chegaram à conclusão de que o padrão a ser adotado para a moeda de prata *five-franc piece* seria 0,835 (Willis, 1901).

A união não introduziu uma unidade comum, cada estado era responsável por sua cunhagem, que era fixada a uma taxa de câmbio baseada no conteúdo de metal intrínseco nas moedas. Dessa maneira a soberania dos países estava restrita apenas pelo limite de cunhagem de prata e pela obrigação de respeito aos padrões comuns de cunhagem e troca de informação entre os países. Nenhuma administração política da instituição foi formada, não havia um banco central, nem havia cooperação entre uma rede de bancos nacionais. Também não havia penalidade para os países que não cumprissem o acordo conforme o estabelecido (Einaudi, 2000).

A duração do tratado foi determinada em 15 anos, tempo longo suficiente para que os objetivos da união pudessem ser alcançados e assim assegurar a adesão de mais países ao tratado, aumentando a influência da França. Conclui-se deste tratado que ele garantiu a uniformidade de cunhagem entre os estados, mas que o seu sucesso dependia da manutenção da taxa de câmbio entre a prata e o ouro, ou seja, que o padrão-ouro atual fosse preservado. Assim, o tratado colocou o sistema monetário desses quatro países num equilíbrio instável (Willis, 1901).

3.2 A UNIÃO LATINA 1865-1901

A Itália já vinha sofrendo há algum tempo com déficits em sua balança de pagamentos, o que estava se tornando um problema crônico. Entre 1861 e 1865 houve um grande aumento das taxas e altos empréstimos foram contraídos da França. Esse período se caracterizava por uma generalizada crise financeira e comercial devido à contração do crédito e também ao temor de uma guerra. Grande parte dos investidores retirou seu dinheiro da Itália nesse momento. Durante os primeiros meses de 1866 a crise dava sinais de que não iria diminuir de intensidade e em março o Banco Nacional da Itália suspendeu a conversão de suas moedas. Essa condição espalhou uma

epidemia pela península e com a declaração de guerra no final de abril a Itália testemunhou o desaparecimento de sua moeda, a lira (Willis, 1901).

Como a moeda italiana era legal em todo o território da união, os outros países foram inundados com a lira, essa situação gerava duas preocupações. Primeiro, que essa conjuntura enfraqueceria a União Latina causando um excesso de moeda de prata nos outros países, e, por conseguinte, criando uma insatisfação com a lei sob a qual os países estavam sujeitos; e a segunda era que, caso a Itália falhasse na tentativa de recuperação da crise, não haveria esperança para os outros países de que a moeda italiana fosse reembolsada (Willis, 1901).

O tratado de 1865 não havia atendido as expectativas populares, acreditava-se que a manutenção do bimetalismo postergaria a implementação de uma unidade monetária internacional, desejada há tempos, e que a prata poderia novamente se tornar mais barata que o ouro, tirando este metal de circulação. Uma comissão foi formada na França, liderada por Chevalier, um defensor do padrão-ouro, para discutir a questão do padrão monetário. M. Magne resumiu o veredito dessa comissão nas seguintes palavras:

The majority of this comission thought that the maintenance of the double money of gold and silver established by our legislation, practiced without inconvenience for more than sixty year, had the advantage of moderating the fluctuations in the value of the two metals, of modifying financial crises by permitting, according to the demands of circumstances, a passage from one money to the other; of favoring commerce with the countries which admit only silver, and lastly, of respecting the law of contracts which give to debtors the power to liquidate in gold or silver at will, and of not interfering with the habits of certain classes of the population which prefer the silver five-franc piece to the gold five-franc piece ²¹ (Willis, 1901, p. 76).

²¹ A maioria dessa comissão acredita que a manutenção do padrão duplo de ouro e prata, estabelecido pela nossa legislação, praticado sem inconveniência por mais de 60 anos, tem a vantagem de moderar flutuações no valor dos dois metais, de modificar crises financeiras permitindo, de acordo com as circunstâncias, a passagem de um dinheiro para o outro, de favorecer o comércio com os países que aceitam apenas prata e, por último, de respeitar a lei dos contratos que dão aos devedores o poder de liquidar em ouro ou prata à sua vontade e de não interferir no hábito de certas classes da população que preferem o *silver five-franc piece* ao *gold five-franc piece*.

O veredito a favor da manutenção do bimetalismo naturalmente gerou ainda mais insatisfação e em 1867 mais uma comissão foi organizada. Dessa vez a comissão teve grande representatividade, estiveram presentes delegados dos Estados Unidos, do Império Otomano, da Rússia e de todos os estados europeus. Eles foram convidados para se unir à União Latina ou para discutir uma união monetária internacional (Einaudi, 2000).

Félix Esquirou de Parieu, economista e político francês, defensor da unificação monetária antes mesmo de 1865 expressou a intenção do seu governo em transcender a União Latina para uma circulação uniforme em toda a Europa. Os economistas da França acreditavam que uma união monetária europeia baseada no padrão-ouro garantiria uma melhor circulação e maiores possibilidades de acordo com as outras duas potências comerciais da Europa na época: Inglaterra e Alemanha (Einaudi, 2000).

Parieu defendia que a redução das barreiras entre os países poderia contribuir para a manutenção da paz entre eles. Em seu livro *Principes de La Science Politique*²² ele antecipou a estrutura institucional da União Europeia, que seria dirigida por uma Comissão, cujos membros seriam indicados pelos governos nacionais, essa estrutura chamar-se-ia Quadro Federalista. Segundo Parieu, a federação preveniria guerras à medida que tornaria comum o mercado, transportes, serviços de correio e representantes diplomáticos (Einaudi, 2000).

Mas mais do que criar uma união internacional, a França desejava que os países se juntassem à União Latina, adotando duas medidas principais. Primeiro a adoção do padrão-ouro e da moeda de cinco francos como unidade de conta comum. Segundo, os países deveriam criar moedas nacionais com o mesmo conteúdo de ouro que o franco, essas novas moedas manteriam nomes e emblemas nacionais (Helleiner, 2003).

Previamente à realização da Conferência, vários países solicitaram a participação na União Latina, mas retiraram seus pedidos logo que o encontro chegou ao fim. Segundo Helleiner:

²² De Parieu, F. E., *Principes de la Science Politique* (Paris, 1875)

*The failure of the initiative has been attributed to France's indecisiveness, Britain's lack of enthusiasm, the wariness of the U.S. Congress, and the decision of Germany after unification to adopt a gold standard on a basis that was not easily reconcilable with that of other nations*²³ (2003, p. 131).

O único país que se juntou à liga foi à Grécia. Willis menciona ser difícil entender o motivo pelo qual ela foi aceita, economicamente irrelevante e politicamente desorganizada, a Grécia não era uma nação desejável (1901).

Após a formação da União Latina, a queda na demanda de prata para exportação para o ocidente, juntamente com a suspensão da conversibilidade na Itália e eventos análogos nos EUA levaram a uma brusca queda no valor do metal. Como os países permaneciam com o sistema bimetálico, ou seja, um sistema que permitia a utilização tanto da prata como do ouro, a imediata reação após a queda do valor do metal foi o aumento da sua cunhagem. Como havia uma preferência pelo ouro para as transações, muitas moedas de prata foram trocadas por ouro nos bancos. M. Rouland, governador do banco da França descreve essa situação:

*It is quite clear that silver, progressively less demanded since the end of 1866, having no longer the power to command a high premium outside, has more and more flowed to the mint for coinage, when in ingots. On the other hand, in view of the circumstance that gold remain abundant and is better worthy of circulation, owing to the fact that it is more convenient and is preferred...coined silver has, little by little, retired into the reserves of the bank, where it today appears in considerable quantities*²⁴ (Willis, 1901, p. 92).

O período subsequente a 1866 pode ser considerado como o primórdio dos sintomas da crise que a prata enfrentaria. O futuro valor dos metais parecia

²³ O fracasso da iniciativa tem sido atribuído à indecisão da França, à falta de entusiasmo da Inglaterra, à cautela do Congresso Americano e à decisão da Alemanha depois da unificação de adotar o padrão-ouro em uma base que não era facilmente conciliável com a de outras nações.

²⁴ É bastante claro que a prata, progressivamente menos demandada desde o final de 1866, não tendo mais o poder de garantir um alto prêmio fora, foi mais e mais escoada para a casa da moeda para cunhagem quando em barras de metal. Por outro lado, tendo em vista a circunstância de que o ouro continua abundante e é melhor para a circulação, considerando o fato que é mais conveniente e preferido (...) as moedas de prata foram pouco a pouco retiradas para as reservas do banco, onde hoje elas aparecem em consideráveis quantidades.

ter um efeito considerável no fortalecimento da preferência pelo padrão único como desejo de garantir uma base estável para os países filiados. O desejo pela adoção do padrão ouro começava a se fortalecer, especialmente considerando as intenções de união monetária em larga escala. Foram com as discussões sobre essas propostas que, segundo o autor, iniciou-se de fato o primeiro período da União Latina (Willis, 1901).

A crença no ouro como padrão único a ser adotado já era compartilhada por grande parte da população, a prata, inclusive, já estava com uma utilização bem inferior comparada ao ouro. Várias discussões foram feitas com relação a ambos os metais, quais as vantagens e desvantagens de cada um e o que aconteceria caso algum fosse desmonetizado. Na França, o *Conseil Supérieur*, depois de uma investigação sobre o assunto, votou a favor do ouro, com essa decisão o país estava mais próximo do que esteve até então de adotar o padrão ouro. Não fosse a explosão da guerra Franco-Prussiana nesse momento, a Lei de 1803 teria sido anulada, e as sugestões do conselho teriam tido alguma relevância (Willis, 1901).

3.3 A GUERRA FRANCO-PRUSSIANA

Em 1867 a França estava assustada pela invasão da prata e prestes a derrubar o regime existente desde 1803, os países aliados observavam com satisfação, afinal, os desejos que eles tinham há cinco anos finalmente estavam sendo considerados. Entretanto a guerra e todas as dificuldades advindas com ela postergaram a implantação do padrão ouro. A guerra encerrou-se em 1871, com a assinatura de paz em maio, e a indenização à Alemanha, que saiu vitoriosa. O pagamento da indenização era um obstáculo insuperável para a reforma. O grande endividamento da França pós-guerra foi outro empecilho para a adoção do padrão ouro, pois, acreditava-se que o país teria uma flexibilidade maior para realizar os pagamentos se possuísse os dois metais disponíveis (Willis, 1901).

Mas o pior problema após a guerra, do ponto de vista da França era o temor de que a Alemanha usurpasse o seu lugar na qualidade de líder na união monetária. Para alívio dos franceses, a Alemanha adotou uma unidade

diferente do franco, que impossibilitaria o estabelecimento da equivalência entre as duas moedas. Com o retorno às condições normais tornou-se clara a necessidade de voltar a discutir a questão metálica (Willis, 1901).

3.4 O PERÍODO DE RESTRIÇÃO

Após o final da guerra, com a permanência da queda do valor da prata e consequente aumento da cunhagem de moeda, os países começaram a restringir a cunhagem do metal, entretanto essa restrição não resolveu o problema e crescia a ideia de que uma medida mais rígida deveria ser adotada. Muitos países fora da união já estavam adotando o padrão-ouro, complicando ainda mais a situação da liga, pois estava sendo inundada com a prata desses países (Willis, 1901).

Em 1873, a Suíça, insatisfeita com a passividade da França, enviou um comunicado ao governo francês solicitando que uma nova reunião fosse realizada no início de 74 com o objetivo de adotar reformas no sistema de medidas. A França aceitou a realização da conferência, que foi marcada para 8 de janeiro. Nesse momento, apesar de bimetalistas e defensores do padrão-ouro divergirem em diversos pontos, ambos estavam de acordo que uma limitação da cunhagem de prata deveria ser feita (Willis, 1901).

Na convenção de 1874 houve discordância entre os países em relação à política a ser adotada. Dentre as medidas discutidas na conferência, o autor destaca quatro possibilidades: a desmonetização da prata; a suspensão da cunhagem da prata; a limitação da cunhagem da prata ou a limitação da cunhagem da prata durante um período de tempo. A França, temerosa em perder o poder que estava desfrutando, acreditava que deveria ser mantido o estado de coisas de antes da queda do valor da prata; a Bélgica e a Suíça eram a favor do padrão-ouro e a Itália, menos radical, acreditava na limitação da cunhagem do metal. Por fim, o acordo estipulou restrições para a cunhagem da prata. Segundo Willis (1901, p. 141), a medida foi uma vitória dos partidários da prata devido à obstinação da França em continuar com sua política dúbia.

O tratado de 74 forneceu, a curto prazo, uma calmaria em relação a desvalorização da prata, mas a longo prazo o problema permaneceu e surge

novamente a urgência em adotar uma medida mais efetiva. Evidentemente um dos principais objetivos de construção da união tinha sido o desejo hegemônico da França sobre os outros países, entretanto, segundo o autor, se a França tivesse entendido a tendência dos eventos monetários e se tivesse feito um exame minucioso da situação, com certeza teria adotado o padrão-ouro. O sistema monetário da França era o melhor e o mais popular na Europa, mas, se as esperanças nele fossem perdidas pela manutenção do bimetalismo, os países escolheriam uma nação cuja política parecesse mais de acordo com as tendências, e esse país era a Alemanha. O autor acrescenta ainda que, se a União Latina tivesse se dissolvido em 1874, restariam poucas dúvidas de que a Alemanha estenderia seu sistema à Suíça (Willis, 1901).

Em 1875 os delegados dos países iriam novamente se encontrar com o objetivo de renovar o tratado de 74. A Itália desejava manter a sua cota de cunhagem de prata a maior possível, e ao mesmo tempo não desejava abandonar a União; a França e a Bélgica não concordavam, pois segundo seus delegados, caso a cota para a Itália aumentasse eles poderiam ser novamente assolados por moeda italiana. Foi votado então que as cotas seriam elevadas em todos os países, mas que não poderiam exceder a metade da cota de 1874. Ficava claro que no próximo encontro, que seria realizado em 1876, um passo mais firmemente em direção a uma política de padrão único seria dado (Willis, 1901).

Ao contrário do que se esperava, o encontro de 76 não passou de uma repetição dos encontros precedentes e a controvérsia da prata ocupou lugar de menor importância nas discussões. A Suíça estava decidida em relação ao padrão-ouro, a Bélgica, a França e a Itália queriam manter as cláusulas restritivas de 1874. A Conferência de 1876 foi por um lado uma vitória do princípio da estabilidade, e por outro, um desapontamento para os defensores extremos do padrão-ouro. A União Latina era o único grupo que ainda resistia ao padrão-ouro e os países constatavam que quanto mais essa transição demorasse, mais cara sairia. O sentimento dos países era de ansiedade por 1º de janeiro de 1880, quando ficariam livres do tratado de 65 e poderiam construir uma nova base monetária (Willis, 1901).

O ouro continuou entrando em grandes quantidades na França, mas havia o medo de que isso não acontecesse por muito tempo, pois o valor da

prata continuava caindo. Os franceses começaram a perder as esperanças e a opinião pública definitivamente expressava que a política artificial da união chegava ao seu fim (Willis, 1901).

Mais e mais a prata aparecia como uma moeda impraticável e faltando um ano para o fim do tratado de 65 demandava-se que ele não fosse renovado nos termos antigos. 1878 foi o ano de maior avanço na questão monetária até então, e um dos eventos mais interessantes do ano foi a Conferência Monetária Internacional, que aconteceu em Paris (Willis, 1901).

Antes da Conferência de 1878, havia o sentimento de que a União Latina seria desfeita, o que, no entanto, acabou não ocorrendo devido a forte interdependência criada entre os países, e as consequentes perdas que incorreriam caso a liga fosse desfeita. Na Conferência foram debatidas as medidas que seriam adotadas em relação à Itália, que queria aumentar sua cota de cunhagem de moeda subsidiária, indo contra os desejos dos outros países. França, Bélgica e Suíça então fizeram os seguintes requerimentos à Itália para a reformulação de um novo tratado: reter as moedas subsidiárias; retirar de circulação as notas com denominações menores que cinco francos e cessar a cunhagem *de silver five-franc piece*. Em 10 de outubro um comitê reportou um tratado provisório, segundo ele os outros países iam retirar de circulação e cessar o recebimento da moeda subsidiária italiana, e a Itália deveria reembolsá-las. No final do encontro M. Feer-Herzog, oficial suíço, declarou:

*The Latin Union is to be renewed and confirmed. Governments and people will learn, no doubt with satisfaction, that the five states are not to cease to be united by the bond of a common monetary circulation, and we may hope that this union, established between them with regard to their coinage, will continue to exercise a happy influence on their political and commercial relations*²⁵ (Willis, 1901, p. 192).

²⁵ A União Latina está para ser renovada e confirmada. Governos e pessoas vão aprender, sem dúvida com satisfação, que os cinco estados não devem deixar de estar unidos pelo vínculo de uma circulação monetária comum e nós podemos esperar que essa união, estabelecida entre eles, em relação a sua moeda, vai continuar a exercer uma feliz influência nas suas relações políticas e comerciais.

Era claro que a França tinha definitivamente desistido da prata e que ela forçaria todos os países a aceitarem suas ideias. Depois da ratificação dos tratados de 78 e 79, o passo imediato tomado pela França era o cumprimento do acordo da moeda subsidiária da Itália. Várias determinações foram feitas em relação ao procedimento a ser adotado. Em 21 de junho de 1885 os delegados se reuniram em Paris, entre o anúncio e a ocorrência do encontro ocorreram diversas discussões sobre o assunto, sobre a continuidade da união e as mudanças que deveriam ser feitas (Willis, 1901).

Como notado, o problema bimetálico teve lugar mais fora das conferências regulares do que dentro delas, os governos selecionavam sua política e instruíam seus delegados. As conferências se tornavam apenas lutas de forças de aceitação das condições para a união como um todo. Em 1885, entretanto, a permanência das dificuldades em relação à Itália e a contínua queda no valor da prata demandaram uma atenção mais próxima à questão monetária (Willis, 1901).

A França estava determinada a trazer à tona a questão do reembolso das moedas de prata, a melhora nas condições econômicas e financeiras levou os países a acreditarem que aquela seria a oportunidade para uma declaração definitiva em relação ao metal (Willis, 1901).

A primeira demanda foi um acordo de que cada país reembolsaria suas moedas, a França já havia planejado esse reembolso e ditou as regras sob as quais ele seria realizado. Em resposta à atitude da França M. Pirmez, da Bélgica, disse que era contra as demandas dos países aliados e se recusou a atender às solicitações da França, ele ainda sugeriu a manutenção do estado de coisas por mais um ano, até que uma melhor consideração em relação à situação pudesse ser elaborada. Entretanto, os países menores juntaram-se a França recusando a proposta da Bélgica. M Pirmez declarou então que a Bélgica era vítima da União Latina e anunciou a intenção de sair das deliberações. De fato, nos próximos encontros nenhum delegado da Bélgica apareceu (Willis, 1901).

O rascunho do tratado sem a participação da Bélgica determinava: a proibição da cunhagem do *gold five-franc piece*; a redução do *silver five-franc piece* à condição de moeda subsidiária e; a elevação das cotas em alguma medida. A França assumiu o trabalho de manter um escritório geral para

questões monetárias de interesses dos aliados e a duração do acordo seria de 1º de janeiro de 1886 a 1º de janeiro de 1891. Em caso de renúncia os contratantes deveriam reembolsar seus *silver five-franc piece* e em 1º de outubro do ano seguinte todos os *silver five-franc piece* deveriam ser retirados de circulação (Willis, 1901).

Apesar das determinações, a menos que uma conciliação fosse feita com a Bélgica, no final do ano a liga acabaria. Mesmo com o desejo de permanência, os outros países da união também estavam ansiosos para a adoção do padrão-ouro. A França, por outro lado, como tinha conseguido manter o *silver five-franc piece* até então, e considerando que seria muito caro reembolsar todas as suas moedas, não estava interessada em atender os desejos dos outros países. A Bélgica não queria reembolsar as moedas, mas a França queria garantir o cumprimento dessa regra. Uma pesquisa havia mostrado que 12,5% da circulação da França era composta de moeda belga, o que deixava a França ainda mais preocupada (Willis, 1901).

Um documento foi assinado entre os países determinando que caso a Bélgica não aderisse ao tratado, três meses seria o tempo máximo que sua moeda seria recebida nos outros países. O artigo 4º do documento determinava que, em caso de dissolução, a França seria responsável pelo controle das moedas belgas e que metade delas deveria ser reembolsada. Em 30 de dezembro, foi promulgado na França o tratado com as devidas modificações, sendo logo em seguida aprovado nos outros países (Willis, 1901).

Todavia, o estado de coisas permanecia igual e o novo acordo não forneceu assistência prática para as dificuldades antecedentes. O estoque de excedente de prata era grande como sempre e a sua depreciação não era menos alarmante. Uma parte do ouro já estava voltando para mercados estrangeiros, de onde ele tinha sido enviado, e havia o temor de que os efeitos benéficos da operação seriam puramente temporários. Assim, havia apenas uma pequena melhora das condições existentes a serem esperadas do novo tratado (Willis, 1901).

A expiração do tratado de 85 começou a ser antecipada com considerável interesse. Um anúncio de intenção de deixar a união deveria ser feito antes do final do ano, ou o desejo de continuação seria tacitamente

assumido. Parecia, no entanto, que havia pouco desejo por parte dos países em livrar-se da união. M. Magliani, ex-ministro das finanças da Itália, declarou que a dissolução da União Latina estava fora de questão, já que o custo do reembolso seria muito alto. O ano de 1889 terminou sem nenhuma sugestão para revogação do tratado (Willis, 1901).

A Itália enfrentava o problema da diminuição da sua moeda subsidiária, que estava sendo exportada por especuladores para outros países. O país então enviou uma carta à união e uma conferência foi realizada em 9 de outubro de 1893. A conferência foi um acordo entre França, Bélgica, Suíça e Grécia de retirar dentro de quatro meses a moeda subsidiária italiana de circulação de seus territórios e colocá-las a disposição do governo italiano para reembolso. Pesquisas feitas em todos os países mostravam grandes quantidades de moedas subsidiárias italianas nas suas circulações. Na França essa quantidade representava 29%, Suíça 57,4% e na Bélgica 18%. A data limite para a retirada das moedas seria 25 de julho de 1894 (Willis, 1901).

Essa operação teve, no entanto, um resultado inesperado nos países signatários. Já no começo do processo a escassez de moeda começou a ser sentida, os países não haviam percebido a dimensão de sua dependência da moeda subsidiária italiana para as transações diárias e outro encontro foi então marcado para 1897. Novamente, nenhuma questão a respeito do problema da prata foi discutida, foram apenas aumentadas cotas de cunhagem de moeda de prata para cada país e novas provisões foram feitas à Itália em relação a sua moeda subsidiária (Willis, 1901).

Uma importante questão nesse momento repousa no fato de que a França tornou-se detentora de grande parte das moedas dos países aliados, o que gerava uma preocupação muito grande, pois caso a união fosse desfeita essa condição poderia representar um grande prejuízo para o país (Willis, 1901).

No caso de liquidação a França seria obrigada a demandar em *silver five-franc piece* o reembolso de pelo menos 250 milhões de francos da Bélgica, 270 milhões da Itália e 14 milhões da Grécia. Nenhum desses países tinha condição de reembolsar essa quantia e por outro lado, a quantidade de moeda francesa que eles poderiam oferecer era insignificante. Embora o tratado de 1885 tenha reduzido a quantidade a ser diretamente reembolsada à metade,

não é necessário dizer que essa redução era uma farsa. Todos os países menores eram devedores da França e não tinham a menor possibilidade de retornar metade dessas somas por métodos comerciais. Por outro lado era impossível que a França sustentasse a perda das moedas de prata dos países aliados. Para liquidar a união o pagamento de uma indenização à França deveria se requerido (Willis, 1901).

Willis conclui seu livro com a seguinte citação:

*The Latin Union as an experiment in international monetary action has proved a failure. Its history serves merely to throw some light upon the difficulties which are likely to be encountered in any international attempt to regulate monetary systems in common. From whatever point of view the Latin Union is studied, it will be seen that it has resulted only in loss to the countries involved*²⁶ (Willis, 1901, p. 267).

Para melhor compreensão dessa parte histórica do trabalho cabe aqui um resumo: até o ano de 1848 havia uma predominante utilização da prata para as transações entre França, Bélgica e Suíça, com a elevação do valor deste metal, por um lado, e o aumento da oferta de ouro por outro, observa-se a substituição das moedas antigas por moedas de ouro, agora desvalorizadas. Pouco tempo depois da formação da União Latina, o valor da prata sofre uma queda brusca, ocasionando grande aumento de cunhagem deste metal. A partir deste momento, até a dissolução da união, os países enfrentam dificuldades advindas do padrão duplo e das variações nos valores dos metais. O maior obstáculo para o fim dessa política é a predominância da França nas decisões e seu desejo de manter seu poder sobre os demais países. Para evitar a adoção de um padrão único, as dificuldades enfrentadas com o excesso de moeda de prata depois da queda do valor do metal eram corrigidas com a determinação de cotas, limitando a emissão dessas moedas. Essa medida fornecia melhoria às condições monetárias a curto prazo, mas se mostraram ineficientes a longo prazo.

²⁶ A União Latina, como um experimento de uma ação monetária internacional provou um fracasso. Sua história serve meramente para jogar alguma luz sobre as dificuldades prováveis de serem encontradas em qualquer tentativa de regular sistemas monetários em comum. De qualquer ponto de vista que a União Latina for estudada, será visto que resultou apenas em perdas para os países envolvidos.

4 O FIM DA UNIÃO LATINA

Não obstante as dificuldades enfrentadas, a união permaneceria existindo por mais alguns anos. Dubois (1950) menciona alguns dos motivos para isso ter ocorrido, como a crescente utilização dos bilhetes bancários, que passaram a substituir as moedas metálicas reduzindo a relevância destas na circulação e o alto valor que recairia sobre os países no caso de liquidação devido à baixa no preço da prata. Outro motivo, de ordem política é explicado na seguinte passagem:

*Pour Egner et Esslen, la cause primordiale du maintien de la Convention monétaire serait d'ordre politique. La puissance économique et politique de la France, facteur de sa prépondérance au sein de l'Union, aurait compensé les faiblesses de cette dernière. L'intérêt bien compris de la France a toujours postulé le statu quo, d'où la viabilité de l'Union. La plupart des paiements internationaux des Etats associés s'effectuaient par Paris. Les courtages, commissions bancaires et les revenus des capitaux placés chez ses alliés constituaient un des éléments actifs de la balance des paiements française, en principe toujours favorable*²⁷ (Dubois, 1950, p. 19).

Em 4 de novembro de 1908 foi realizada uma convenção adicional na qual as moedas gregas foram nacionalizadas, as moedas da Itália também já haviam sido nacionalizadas há alguns anos. Esse processo, que tinha como objetivo impedir a circulação comum nos países é conhecido como processo de eliminação das moedas divisionárias (Dubois, 1950).

Na véspera da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o quadro da União Latina permanecia o mesmo. Entretanto seus objetivos se tornaram inacessíveis devido à criação de outras moedas de pagamento mais

²⁷ Segundo Egner e Esslen a causa primordial para manter a convenção monetária seria de ordem política. A potência econômica e política da França, fatores de sua prepotência dentro da união, teriam compensado as suas fraquezas. O interesse óbvio da França sempre foi a favor do *status quo*, assim se manteve a União. A maioria dos pagamentos internacionais dos Estados associados era feito por Paris. As corretagens, as comissões bancárias e as rendas de capitais investidos nos seus aliados constituiriam um dos elementos ativos do balanço dos pagamentos francês, a princípio sempre favorável.

avançadas, condenando a moeda de prata a um papel irrelevante nas relações internacionais. A turbulência política e econômica gerada pela guerra prejudicou ainda mais a situação da união, sua permanência estava condenada, bastavam as medidas legais serem adotadas para que a dissolução fosse concretizada. No final de 1921 a Suíça nacionaliza suas moedas de prata, impedindo sua circulação fora do território nacional e em 1º de janeiro de 1927 a Bélgica se retira da liga, denunciando formalmente o fim da União Latina (Dubois, 1950).

5 A CONSTRUÇÃO DA UNIÃO LATINA NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE AS POTÊNCIAS EUROPÉIAS: FRANÇA, INGLATERRA E ALEMANHA (PRUSSIA)

Como já detalhadamente explicado, as diferenças de pureza entre as moedas da França, Suíça, Bélgica e Itália e as consequentes dificuldades, especialmente em relação à especulação, foram fatores que contribuíram para a formação da União Latina. Einaudi (2000) destaca ainda o desejo das nações mais pobres em participar da liga, com o objetivo de facilitar o comércio internacional, melhorar o padrão de suas moedas e reduzir os custos de transação.

*By adopting the franc and renaming it according to local customs – as lira, peseta, drachma, lei, dinar, or leva- the weakest European states could create a modern and orderly national currency and dispel monetary chaos*²⁸ (2000, p. 288).

Além disso, houve importantes motivações políticas para a formação da união. Algumas considerações acerca dos interesses políticos da França na formação da União Latina já foram mencionadas anteriormente, mas entender o contexto político na Europa nesse final do século XIX é de extrema importância para a compreensão dos desejos dos países na União Latina. A seguir esses elementos serão apresentados tendo como base o artigo “*From*

²⁸ Adotando o franco e renomeando de acordo com os costumes locais – como lira, peseta, drachma, lei, dinar ou leva- os estados europeus mais fracos poderiam criar uma moderna e ordenada moeda nacional e afastar o caos monetário.

the franc to the “Europe”: the attempted transformation of the Latin Monetary Union into a European Monetary Union, 1865-1873” de Luca L. Einaudi.

Segundo Einaudi:

*The third quarter of the nineteenth century was for Europe a period of internalization and liberalization of exchanges, creating the conditions for monetary integration in a situation parallel to that of the Single European Market and the euro in the late twentieth century.*²⁹ (2000, p. 286)

No momento da criação da União Latina, no final do século XIX, movidos pelo desejo de melhorar o comércio com outros países e estabelecer sistemas monetários estáveis, superando o estado de caos em que se encontrava a circulação em seus territórios, diversos países começaram a substituir suas moedas por moedas de países mais influentes, cujos sistemas monetários estivessem mais bem estabelecidos.

A França era uma dessas nações e o desejo de outros países em adotar o franco não incomodava seus governantes. Além da França, a Prússia e a Inglaterra eram nações poderosas, e aumentar a zona de influência política, econômica e militar era uma oportunidade para o fortalecimento do Estado francês na Europa. A União Latina pode ser entendida, portanto, como um instrumento de expansão utilizado pela França. Esse posicionamento francês corrobora para a compreensão da entrada dos países menores na União Latina. A despeito da necessidade de um sistema monetário estável, todos os países que participaram da união tinham relações políticas, militares ou econômicas com o país. A Itália, por exemplo, estava no meio do seu processo de unificação e contava com o apoio político e financeiro da França. Em 1867 o estado papal solicitou a entrada na União Latina diretamente pela França, de quem recebeu proteção territorial (Einaudi, 2000, p. 288). A Grécia solicitou a participação na liga quando precisou do suporte da França contra a invasão dos turcos em Creta (Einaudi, 2000, p. 289). A Bélgica conquistou sua independência em relação à Holanda em 1831 e como possuía uma estreita

²⁹ O terceiro trimestre do século XIX foi para a Europa um período de internacionalização e liberalização do câmbio, criando as condições para uma integração monetária numa situação paralela àquela do Mercado Comum Europeu e o euro no final do século XX.

relação industrial com a França adotou em 1832 um sistema monetário baseado no sistema Francês (Willis, 1901, p. 15).

Por outro lado, a Inglaterra e a Prússia, Estados mais fortes e estabelecidos, não necessitavam de apoio financeiro ou político e não estavam dispostos a abdicar de parte de sua soberania para se sujeitar aos níveis de independência para a participação na união. A Inglaterra, inclusive, não desejava melhorar suas relações políticas com a França, estava profundamente desconfiada do projeto expansionista e revolucionário de Napoleão III (Einaudi, 2000).

Os estados Alemães, em um estágio diferente em relação à Inglaterra, ainda possuíam um sistema monetário caótico e poderiam se beneficiar em participar de uma união monetária mais do que a Inglaterra, que já tinha adotado o padrão ouro em seu território. Depois do verão de 1866, a Alemanha estava enfrentando dificuldades para sua unificação, as confederações alemãs do norte estavam sob o domínio da Prússia, lideradas por Bismark, mas quatro estados independentes do sul se recusavam a abdicar de sua soberania e contavam com apoio francês na resistência. Após a guerra Franco-Prussiana, com a derrota da França e unificação da Alemanha, a entrada da Alemanha na união não seria uma alternativa viável, visto que seu tamanho e poder econômico permitiram a criação de uma moeda própria no país, uma opção mais vantajosa para a Alemanha (Einaudi, 2000).

Dado o contexto na Europa em fins do século XIX, onde por um lado encontravam-se França, Inglaterra e Prússia como potências, que por definição, tinham, dentre seus objetivos expandir seu poder político e econômico e extensão territorial, por outro lado, estavam países mais fracos desejosos de unir-se a alguma daquelas nações a fim de fortalecer seu sistema econômico e também de obter apoio nos seus processos de independência ou unificação, torna-se compreensível a sequência dos acontecimentos até a formação da União Latina.

A despeito das dificuldades econômicas apresentadas por Henry Parker Willis em seu livro *A History of the Latin Monetary Union* enfrentadas por esses países, não se pode negligenciar as intenções políticas da França por trás da criação e da manutenção da liga monetária. As possíveis razões para o seu fracasso são apresentadas a seguir.

6 O FRACASSO DA FRANÇA NA TENTATIVA DE MANTER SEU PODER HEGÊMÔNICO

Segundo Einaudi (2000), a França falhou em manter sua posição hegemônica devido a sua dividida e insegura liderança. Essa divisão era composta de um lado por defensores do mercado livre, da integração econômica e unificação monetária do ouro, e de outro por uma coalisão de protecionistas, banqueiros metalistas e políticos nacionalistas que se opunham a esses desejos. As razões para a vitória da coalisão anti-unificação são várias. A primeira delas é o crescimento do nacionalismo na Europa naquela época e conflituosos interesses geopolíticos entre os três poderes hegemônicos: França, Inglaterra e Prússia. A segunda era a grande influência dos banqueiros nas finanças nacionais, que tinham grande receio de que a unificação incorresse em perda para eles.

Em terceiro lugar, o autor coloca o conservadorismo do parlamento e do ministério em relação às questões monetárias. O bimetalismo já havia funcionado há mais de 60 anos e a França não estava insatisfeita com sua situação econômica para assumir uma mudança. Por último, os problemas enfrentados pela Itália e a inexperiência da Grécia minaram as possibilidades de expansão da união antes da guerra Franco-Prussiana, assim como o fez a queda do valor da prata depois do conflito (Einaudi, 2000).

A inabilidade da França em seguir uma política única condenou ao fracasso a tentativa do país de estender a união ao norte da Europa. Países como Suécia, Áustria-Hungria e estados do sul da Alemanha, que estavam de certa forma seguindo o sistema monetário francês, acabaram por abandoná-lo assim que a persistência no bimetalismo se tornou clara (Einaudi, 2000).

Algumas comparações entre as uniões monetárias promovidas por Parieu em 1860 e por Delors³⁰ nos anos 90 são inevitáveis. Na União Europeia, a moeda fiduciária substituiu a moeda mercadoria baseada na prata e no ouro - como ocorreu na União Latina - aumentando substancialmente o poder discricionário das autoridades monetárias. Além disso, a União Monetária Europeia dispõe de um conjunto estabelecido de regras e instituições

³⁰ Jacques Delors foi presidente da Comissão Europeia entre os anos de 1985 e 1995.

financeiras mais desenvolvidas que, acredita-se, possam prevenir problemas como o de excesso de cunhagem, testemunhado pela União Latina (Einaudi, 2000). O autor alerta, entretanto, que essas comparações podem ser enganadoras em alguma medida, já que aspectos técnicos do dinheiro e o contexto político mudaram radicalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho prestou-se a estudar a história da União Monetária Latina, de fins do século XIX para, a partir dela, tirar conclusões sobre os anseios dos países em estabelecerem moedas comuns e quais os motivos de recorrentes fracassos em tais iniciativas. Em contraposição à teoria dominante da natureza e evolução do dinheiro, da qual emerge o conceito geográfico de Áreas Monetárias Ótimas, esse trabalho utiliza a teoria chartalista, ou teoria estatal da moeda, como escopo teórico

Por meio de pesquisa bibliográfica, a história da União Monetária Latina foi sintetizada de maneira tal que permitisse ao leitor a compreensão das razões que levaram à sua formação, o seu funcionamento e as dificuldades encontradas enquanto estava em vigor, até a sua dissolução oficial. Sendo o tema bastante original, vale mencionar a dificuldade encontrada ao longo da pesquisa para a obtenção de referências bibliográficas, especialmente em português, que acabou por limitar a riqueza das informações.

Como proposto pela teoria chartalista, verifica-se nesse trabalho o papel fundamental do Estado na determinação de uma moeda, ou seja, na imposição de uma unidade que é por todos conhecida e aceita para a realização de trocas. A inexistência de uma entidade política dotada de poderes semelhantes ao do Estado parece ter sido a razão principal para o fracasso da União Monetária Latina.

Não obstante a predominância da França naquele contexto, os outros países não se consideravam subalternos a ela e mostraram sua insatisfação partir do momento em que as regras sob as quais estavam subordinados começaram a prejudicar suas economias de alguma forma. Os delegados levavam a cada encontro o posicionamento do seu país em relação ao metal a ser adotado ou a política a ser implantada, mas a ausência de uma entidade suprema a esses Estados soberanos impedia que os encontros resultassem em uma política consensual.

A tentativa de uma união monetária antes de uma união política parece ser a raiz do fracasso da União Monetária Latina. Quando surgem os problemas econômicos advindos da moeda comum, os países signatários passam a se comportar como países independentes e não como unidade

política. Como países independentes os Estados têm a liberdade de determinar a unidade de conta a ser utilizada no seu território, podendo assim ter o controle de sua emissão. Todavia, a partir do momento em que perdem esse controle com o estabelecimento da moeda nacional como uma moeda exógena, da qual não tem o poder de emissão, os países perdem graus de liberdade da sua política monetária. O país que estiver se beneficiando à custa de outros dentro de uma união tentará manter o *status quo* tanto quanto possível, essa situação pode gerar, nos países prejudicados, crises sistemáticas e grande dependência. Não será preciso voltar na história para a constatação empírica dessa conclusão.

Pelo exposto até aqui, mostra-se evidente a superioridade da teoria chartalista para a explicação da formação de uniões monetárias em relação à teoria das Áreas Monetárias Ótimas. A centralidade da teoria chartalista está na ligação existente entre a soberania política e autoridade fiscal de um lado e a criação do dinheiro, a cunhagem e o banco central de outro (Goodhart, 1998). A teoria das Áreas Monetárias Ótimas advoga justamente o oposto, isto é, um divórcio entre as autoridades fiscal e monetária, sem uma entidade suprema com o poder de determinar as regras. Sobre isso Einaudi sugere em seu estudo:

*It is not possible to determine whether monetary union can be brought about without a previous political union. This study suggests that monetary union certainly cannot take place when national governments are not sufficiently committed to it to tame or compensate special interests opposed to it, when there are no neutral supranational institutions to mediate conflicts, when some governments can monetize their financial difficulties at the expense of their partners, when protectionism is mounting, or when hostility between nations is perceptible*³¹ (Einaudi, 2000, p. 304).

³¹ Não é possível determinar se a união monetária poderia ser trazida sem uma prévia unificação política. Esse estudo sugere que a união monetária certamente não pode acontecer quando governos nacionais não estão suficientemente comprometidos para subjugar ou compensar interesses especiais opostos a isto, quando não há uma instituição supranacional neutra para mediar os conflitos, quando alguns governos podem monetizar suas dificuldades financeiras a custos dos seus parceiros, quando o protecionismo se instala ou quando a hostilidade entre as nações é perceptível.

REFERÊNCIAS

Cohen, B. J. **The Geography of Money**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

Dubois, L.-A. **La fin de L'Union Monétaire Latine**. Neuchâtel: Imprimerie Jules Guinchard - Arbois, 1950.

Einaudi, L. L. From the franc to the "Europe": the attempted transformation of the Latin Monetary Union into a European Monetary Union, 1865-1873. **Economic History Review**, p. 284-308, maio, 2000.

Flandreau, M. The French Crime of 1873: An Essay on the Emergence of the International Gold Standard, 1870-1880. **The Journal of Economic History**, pp. 862-897, dez, 1996.

Goodhart, C. A. The two concepts of money: implications for the analysis of optimal currency areas. **European Journal of Political Economy**, pp. 407-432, ago, 1998.

Grauwe, P. d. The Political Economy of Monetary Union in Europe. **The World Economy**, pp. 653-661, nov, 1993.

Helleiner, E. **The Making of Money: Territorial Currencies in Historical Perspective**. New York: Cornell University Press, 2003.

Keynes, J. M. **A Treatise on Money**. New York: Harcourt Brace, 1930.

Menger, C. **Princípios de Economia Política**. Nova Cultural, 1988.

Mundell, R. A. A Theory of Optimum Currency Areas. **The American Economic Review**, pp. 657-665, 1961.

Willis, H. P. **A History of the Latin Monetary Union**. Chicago: The University of Chicago Press, 1901.

Wray, L. R. **Trabalho e Moeda Hoje**. Praia Vermelha: Editora UFRJ.Contraponto, 2003.